

Crise dos metropolitanos pode acabar em breve

Empresas de transporte negociam com a Agerba e MP-BA chega para ajudar a atenuar a crise

HIEROS VASCONCELOS
REPORTER

O imbróglio envolvendo o transporte metropolitano de Salvador, que atende diversos municípios da RMS, incluindo Lauro de Freitas, tem dado passos para minimizar os impactos da crise na qual está envolvido causadas, principalmente, por falta de licitação e pelo transporte clandestino: após negociações com a Agerba, a empresa Avanço Transportes voltou atrás da decisão de encerrar as atividades, anteontem, e suspendeu o fim da operação de nove linhas que atendem, especificamente, os municípios de Madre de Deus, Candeias, Camaçari e Lauro.

Mas diante da gravidade da situação e os prejuízos aos três milhões de usuários do sistema, o Ministério Público Estadual também interveio, ontem, e recomendou uma série de medidas às empresas Avanço Transporte e Costa Verde, à Prefeitura de Salvador e à Agência Estadual de Regulação. O MP-BA marcou para o dia 18 (quinta-feira), uma reunião com os órgãos públicos envolvidos: Agerba, Seinfra, Casa Civil, Sedur, Prefeituras de Salvador e de Lauro de Freitas. Já

as empresas foram recomendadas pelo MP que não suspendam, interrompam, cancelem ou alterem itinerários das linhas sob pena de responsabilização, até a contratação emergencial de futuros prestadores do serviço ou até a conclusão da licitação tão almejada. O MP-BA também pretende realizar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

A prefeitura de Salvador, principal destino do usuários do transporte metropolitano, diversas recomendações foram dadas: não pedir a Agerba cancelamentos, suspensões, ou alterações de rotas e itinerários dos ônibus do transporte metropolitano para as quais não exista consenso técnico interinstitucional, até que seja encontrada solução. Além disso, recomendou o incremento de linhas municipais na orla para atender, de forma plena, as demandas extraordinárias decorrentes de cancelamentos, suspensões de linhas, ou alterações de rotas e itinerários dos ônibus.

Para o Sindicato do Transporte Metropolitano de Salvador (Sindmetro), as medidas emergenciais são necessárias, mas os problemas precisam ser resolvidos na base: combater o transporte clandestino apontado por empresas como causador de prejuízos, mas, principalmen-



NEGOCIAÇÕES Avanço Transportes voltou atrás da decisão de encerrar atividades

te licitar o transporte público, criando uma forma de subsídio ou de metodologia contratual que de viabilidade operacional. De acordo com o MP-BA, desde o ano de 2017, o MP busca solucionar a questão do transporte metropolitano (que funciona sem licitação) junto ao Município e ao Estado, tendo promovido, em 2023, a judicialização da questão.

Por enquanto, a expectativa é que a Costa Verde, as-

sim como fez a Avanço, entre em acordo com a Agerba, seguindo orientação do Ministério Público. Dentre as cidades afetadas, além de Salvador, Lauro de Freitas, por exemplo, é uma das prejudicadas, pois depende de 60% do transporte rodoviário metropolitano de Salvador, uma vez que os ônibus municipais correm dentro dos bairros.

"Isso porque é em Lauro por onde passam os transportes rodoviários metropo-

litanos fazendo conexão e com pessoas de Abrantes, Jauá, Arembepe, Praia do Forte, dentre outros que vão pela CIA – Aeroporto. Todos passam por Lauro e tem origem aqui. Temos grandes 8 terminais e eles carregam os passageiros no transporte urbano de caráter metropolitano", declarou o secretário "alega o secretário de Trânsito, Transporte e Ordem Pública de Lauro de Freitas, Olinto Borri.

Conforme o MP-BA, o promotor de Justiça Pablo Almeida, a interrupção das empresas foi abrupta. E por ter ocorrido sem decisão da Agerba, "configura atitude contrária ao ordenamento jurídico e retrocesso em área absolutamente sensível, afetando, potencialmente, 3 milhões de pessoas".

Colapso - Recomendação do Ministério Público à parte, o medo, para o sindicato e empresários, é que o imbróglio não se resolva e em 60 dias o sistema venha a colapsar novamente. "Se não fizer equilíbrio tarifário, vai vender frota novamente, o sistema vai colapsar. E se não resolver os clandestinos, piora".

Conhecidos como "ligeirinhos", o clandestino leva 85% do valor que não é bilhetado pelo sistema, ou seja maior parte dos dinheiro dos passageiros, conforme informa o diretor do Sindmetro, Catarino Fernandez. Ele reforçando que a ilegalidade perdura há anos.

"A ilegalidade dura anos e junto com a falta de equilíbrio tarifário aumenta a bola de neve", pontua. Para se ter uma ideia, Fernandez explica que diariamente a empresa Atlântico pega 25 mil passageiros por dia, mas quando o clandestino roda, este número diminui para 11 mil.

Especialistas e empresários cobram subsídios; Agerba diz estar em tratativas

O subsídio, assim como a licitação, também colabora com o equilíbrio da receita das empresas evitando fechamentos, aponta o sindicalista.

Conforme ele, o Estado precisa avaliar o financiamento do transporte metropolitano assim como faz com o metrô, uma vez que, o sistema metroviário diminui o orçamento do metropolitano.

Da verba oriunda na integração, por exemplo, 60% vai para o metrô e 40% para o transporte público municipal.

Dificulta ainda mais a situação das empresas, o modelo de contrato assinado pela prefeituras de Lauro, Salvador, Governo: um ônibus não pode passar em mais de duas estações de metrô.

"A empresa só equilibra se equilibrar o sistema, e assim, elas poderão pagar as dívidas trabalhistas. Se não fizer isso, só vai adiar o encerramento das empresas, pois elas voltam a trabalhar e a aumentar a dívida trabalhista", diz Catarino.

Para empresários, o problema deve ser resolvido em conjunto com o estado e órgãos municipais. Agerba informou que soluções estão sendo estudadas pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado (Sedur), e a Casa Civil, além de órgãos de transporte de Salvador, de Lauro e demais municípios.

O Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Ordem Pública (Settop), Olinto Borri,

afirma à Tribuna da Bahia que tem feito a fiscalização de transportes clandestino e confirmou que o processo licitatório está sendo discutido.

"O sistema metropolitano e urbano não podem ser correntes, tem que ser complementares, senão nenhum dos dois tem viabilidade econômica. Ou você onera a passagem ou diminui a qualidade. O entendimento é que o assunto seja tratado de forma conjunta para complementariedade do sistema

metropolitano. Precisamos da mão do estado, pois o custo é alto e o estado como subsidia o metrô, tem que avaliar o subsídio do transporte metropolitano", afirmou o secretário municipal de Lauro.

FISCALIZAÇÃO

A Agerba foi recomendada pelo MP-BA que não determine novos cancelamentos, suspensões de linhas ou alterações de rotas e itinerários dos ônibus desse transporte, para as quais não exista con-

senso técnico interinstitucional, excepcionando-se os casos estabelecidos. Além disso, que passe a fiscalizar, no prazo de 24 horas, suspensões, interrupções ou cancelamento de linhas do transporte metropolitano, sob pena de corresponsabilização. No prazo de 30 dias, que a Agerba realize estudo técnico sobre os prejuízos gerados para a população da região metropolitana com as alterações de linhas de ônibus metropolitanas que circulavam na orla.

SAÚDE

Especialista reforça a eficácia das vacinas

LIVIA VEIGA
REPORTER

O Brasil enfrenta um cenário de registro expressivo de casos de doenças como dengue, Covid-19, H1N1 e HPV. Apesar das campanhas nacionais realizadas, que destacam a importância da vacinação, muitos ainda subestimam a importância da imunização.

Como alerta o professor titular de infectologia, Rober-

to Badaró, das quatro doenças infecciosas citadas, três estão endêmicas no Brasil e a dengue, epidêmica. Segundo ele, a vacina é uma forte aliada no combate à essas enfermidades.

"O Brasil já registra mais de três milhões de casos de dengue, com mais de mil mortes. A vacina protege contra os quatro sorotipos e o Butantan está fazendo uma vacina brasileira que tem uma taxa de proteção maior do que essa outra comercial, que

chega a mais de 80% de proteção. Portanto, é importante que se vacine, sobretudo, as crianças, que têm uma exposição grande", orienta o médico infectologista.

De acordo com dados divulgados nesta quarta-feira (10) pelo Ministério da Saúde, a partir do Painel de Monitoramento das Arboviroses, o país já notificou, desde o início do ano, 3.062.181 casos prováveis de dengue. O número já é quase o dobro de todo o ano passado, quando

foram detectados 1,6 milhão de casos. Desde o início do ano, foram registradas 1.256 mortes por dengue em todo o país, além dos 1.857 óbitos que estão em investigação.

Em todo o Brasil, a Bahia, Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Sergipe permanecem com tendência de aumento no número de casos. Conforme a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), até então, já foram aplicadas pouco mais de 103 mil doses da vacina contra a dengue no estado.



Posse de Maurício Kertzman como desembargador e vice-presidente do TRE, abraçado pelo Presidente do IGHB-Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Relator do Código do Consumidor, Joaci Góes, o ex-Desembargador do TRE, Sérgio Schlang e o jurista Antônio Luiz Calmon Teixeira.

Mortes por H1N1 chegam a 1.774 este ano

Badaró alerta para o fato de que o país vive três endemias simultâneas, dentre elas, a da gripe H1N1 (influenza), que registra esse ano mais de 1774 mortes. "A vacina de gripe é segura e são duas doses que protegem, porque mais de 40% das crianças na idade escolar adquirem essa infecção pelo H1N1. A vacina protege con-

tra a linhagem do H1N1, H3N2 e a linhagem B. E a imunidade ocorre logo duas semanas depois", explica.

No mês de março deste ano, a Bahia recebeu os primeiros lotes da vacina contra o vírus da Influenza e, a previsão é que o Ministério da Saúde destine cerca de 1,5 milhão de doses para contemplar a campanha nos 417 municípios baianos. O públi-

co-alvo é formado por crianças de 6 meses a menores de 6 anos (5 anos, 11 meses e 29 dias); trabalhadores da Saúde; gestantes; puérperas; professores do ensino básico e superior; povos indígenas; idosos com 60 anos ou mais de idade; pessoas em situação de rua; profissionais das Forças de Segurança e Salvamento; profissionais das Forças Armadas; pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais independentemente da idade; pessoas com deficiência permanente; caminhoneiros; trabalhadores de transporte coletivo rodoviário para passageiros urbanos e de longo curso; trabalhadores portuários; população privada de liberdade e funcionários do sistema de privação de liberdade, além de adolescentes e jovens de 12 a 21 anos sob medidas socioeducativas. Já quanto à Covid-19, apesar de todo o esforço empreendido durante a pandemia e que persiste, quando a pauta é imunização, casos graves da doença ainda ocorrem por falta de vacina. Desde o início da pandemia, de acordo com o governo federal, já são mais de 38 milhões de casos da doença no Brasil, com mais de 711 mil mortes.

"A Covid ainda não acabou, apesar de a vacina de RNA mensageiro ser muito boa, proteger, bem como a CoronaVac, é importante chamar a atenção de que ainda não acabou. Ainda tivemos, esse ano, 154 mil casos e 361 mortes, porque muitas pessoas não foram vacinadas. A vacina protege contra a doença grave", alerta o infectologista. Em fevereiro deste ano, amostras das sublinhagens JN.1 e JN.1.1 da variante Ômicron, do vírus que causa a Covid-19, foram detectadas na Bahia, segundo o Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia (Lacen-BA). Na época, a cobertura da vacina Bivalente na Bahia era de 15,05%. O imunizante é destinado para pessoas com 60 anos ou mais e imunocomprometidos acima de 12 anos de idade que tenham recebido a última dose do imunizante há mais de 6 meses. Por fim, ainda no panorama de doenças endêmicas, o HPV é uma infecção transmitida, sobretudo, na adolescência. No Brasil, são 700 mil casos novos por ano e 80% da transmissão é sexual. "A vacina é muito eficaz. É importante chamar a atenção que os pais devem vacinar os filhos a partir do início da adolescência", orienta Badaró.

Augusto Cruz lança livro sobre corridas que aborda sonhos

Triação 20 Anos: Sonhos, corridas e negócios. Este é o novo livro do escritor, advogado, professor e corredor, Augusto Cruz, que conta a história dos 20 anos da Triação Assessoria Esportiva, com base na experiência de empreendedorismo dos sócios Diogo Andrade e Paulo Bahia. O lançamento será realizado no próximo sábado, dia 13 de abril, das 15h30 às 18h, no Restaurante Pecorino, localizado no Salvador Shopping. "O trabalho perpassa por momentos importantes da assessoria, ao mesmo tempo em que evidencia a construção do modelo de negócio que se consolidou ao longo



do tempo, se tornando um exemplo para outros profissionais. Alunos e ex-alunos, profissionais e estudantes de Educação Física e da cena esportiva baiana, se sentirão atraídos e envolvidos pelo conteúdo dessa obra", detalhou o escritor. Augusto Cruz ainda destaca que o livro apresenta um conjunto de lições válidas para qualquer negócio, voltado também para pessoas que desejam empreender.

Prefeituras-Bairro registram mais de 200 mil atendimentos

No primeiro trimestre de 2024, as 11 unidades administrativas de Prefeituras-Bairro em Salvador realizaram mais de 200 mil atendimentos, superando os 174 mil do mesmo período do ano anterior, o que representa um au-

mento de 30%. Os espaços surgiram com o propósito de descentralizar os serviços públicos, oferecendo aos soteropolitanos a conveniência de resolver uma variedade de demandas em um único local próximo de suas residências.

Santander
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 20 de maio de 2024, às 14h30min.
2º LEILÃO: 22 de maio de 2024, às 14h30min. (horário de Brasília)
Maurício Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 - Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, vem o dele conhecimento livre, que leilões a PÚBLICO LEILÃO de modo somente ONLINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 2º e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, nº 141400305676, firmado em 27/08/2018, com o Fidejussante ESPOLIO DE PEDRO LUIZ BUSSOLINI, brasileiro, casado, vendedor, inscrito no CPF/MF nº 389.712.758-00, representado pelos herdeiros: PATRÍCIA DE LIMA TRINDADE BUSSOLINI, inscrita no CPF/MF sob nº 782.946.055-53, PAULO CERQUEIRA BUSSOLINI, inscrito no CPF/MF sob nº 955.126.295-34 e PEDRO LUIZ BUSSOLINI JUNIOR, inscrito no CPF/MF sob nº 021.531.085-70, residentes e domiciliados em Salvador/BA, em PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 537.684,39 (quinhentos e trinta e sete mil seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pelo Apartamento nº 17, bloco E, localizado no Condomínio Residencial Casarão, Loteamento Faria de Itaquá, situado na Rua Professor do Souza Brito, nº 737, Itaquá, Salvador/BA, com uma vaga de garagem. Área privativa: 135,12m² e Área total: 138,51m², mais bem descrito na matrícula nº 20.107 do 7º Oficial de Registro de Salvador/BA. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 763.774,89 (setecentos e sessenta e três mil setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e nove centavos - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo online, deverão se cadastrar no site www.portatraz.com.br, encaminhando a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTA EDITAL NO SITE: www.portatraz.com.br. Informações pelo tel: 3003-0677 (Cossã 21766).